

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.332 - SP (2018/0238867-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **FLAVIO ROBERTO RIBEIRO**
ADVOGADOS : **FÁTIMA APARECIDA DA SILVA CARREIRA E OUTRO(S) - SP151974**
RODRIGO GOMES DE CARVALHO - SP281158
LIA BRAGA PESSOA - SP359228
EMBARGADO : **FUNDACAO SABESP DE SEGURIDADE SOCIAL-SABESPREV**
ADVOGADOS : **JULIANA VIEIRA DOS SANTOS - SP183122**
LIA BRAGA PESSOA E OUTRO(S) - SP359228
INTERES. : **SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS - HOSPITAL SIRIO**
LIBANES
ADVOGADO : **ANA LÚCIA VASSALLO - SP130514**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por FLÁVIO ROBERTO RIBEIRO à decisão (fls. 514/520 e-STJ) que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial

O embargante afirma que ocorreu erro material na parte dispositiva da decisão embargada, visto que os honorários advocatícios no valor de R\$ 2.000,00, majorados pela decisão, foram, na verdade, arbitrados em favor do HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS, que foi excluído da lide. Os honorários fixados na origem, e que devem ser majorados, o foram no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Sem impugnação (fl. 532 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

De início, registra-se, que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Com razão a embargante.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para sanar obscuridade ou contradição ou, ainda, para suprir omissão verificada no julgado, acerca de tema sobre o qual o julgador deveria ter-se manifestado e, ainda, para a correção de eventual erro material do julgado.

No caso, de fato, existe erro material na parte dispositiva da decisão embargada, pois os honorários foram fixados na origem em 10% sobre o valor da condenação.

Assim sendo, acolho os embargos de declaração para, corrigindo erro material, dar à parte dispositiva da decisão de fls. 761/768 e-STJ a seguinte redação:

"Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 12,5% (doze e meio por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015".

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 25 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

